

A AMÉRICA ANTIGA, TEORIAS NÃO-OCIDENTAIS E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: REFLEXÕES ACERCA DE UM SISTEMA PRÉ-WESTFALIANO

ANCIENT AMERICA, NON-WESTERN THEORIES, AND HISTORY OF INTERNATIONAL RELATIONS: REFLECTIONS ON A PRE-WESTPHALIAN SYSTEM

Carlos Federico Domínguez Avila¹

Resumo

O artigo explora, sob a perspectiva da História Antiga e da Teoria das Relações Internacionais, a origem e a evolução de um sistema internacional específico integrado por entidades político-sociais maias, bem como vizinhos próximos e distantes, durante o período clássico (250-900 d.C.). Evidência arqueológica e histórica sugere que o referido sistema internacional maia incluía alternativamente a cooperação, o conflito, a hegemonia, a anarquia, as alianças, o equilíbrio de poder, a diplomacia, o prestígio, vassalagem, uma língua franca, acordos e negociações, a guerra, e a paz. O presente artigo procura fazer uma contribuição ao debate com um olhar essencialmente não-ocidental, pré-westfaliano e interdisciplinar.

Palavras-chave: História Antiga; Relações Internacionais da América Latina; Estudos Maias; Sul Global.

Abstract

The paper explores, from an Ancient History and International Relations perspectives, the origin and evolution of a specific international state-system made by ancient Mayan political units and their neighbors, in the so-called Classic Period (250-900 A.D.). Archeological and historical evidence suggest that this Mayan international system had cooperation, conflicts, hegemony, anarchy, alliances, concern of prestige and honor, diplomacy, sovereignty, balance of power, trade, war, peace, lingua franca, and so on. These practices were in use before the theoretical development of IR. We aim to offer a new approach, particularly to non-Western International Relations Theories, pre-Westphalian cases, and Interdisciplinary research.

Keywords: Ancient History; International Relations in Latin America; Mayan Studies; Global South.

¹ Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB).



Introdução

Na literatura sobre a teoria e a história das relações internacionais é possível verificar um crescente interesse em conhecer e valorizar as experiências pré-westfalianas – ou seja, anteriores ao sistema estatal contemporâneo que emergiu dos tratados de 1648. Esse é o caso de metáforas e expressões tais como: a “armadilha de Tucídides”, a diplomacia de Amarna ou a noção de *pax romana*, por citar alguns poucos exemplos. De modo geral, entende-se que a experiência humana e suas entidades político-sociais pré-westfalianas são significativas.² Nessa ordem de ideias, uma das obras mais conhecidas e paradigmáticas na área foi *A evolução da sociedade internacional*, publicada por Adam Watson, um dos mais destacados representantes da denominada Escola inglesa.³

Infelizmente, Watson e outros pesquisadores reconhecidos no campo da teoria e da história das relações internacionais, quer em termos globais, quer em contextos regionais, praticamente não discutem períodos anteriores à independência e formação dos Estados contemporâneos da região latino-americana, na primeira metade do século XIX. Entende-se, em consequência disso, que existe um importante e desafiador espaço para estudos e pesquisas especificamente sobre o período da América Antiga ou mesmo da América Colonial. As contribuições relativas a ambos os períodos são importantes para uma melhor compreensão das forças profundas dos atuais Estados latino-americanos, suas respectivas identidades internacionais, sistemas de finalidade e temas correlatos.

Em relação à América Antiga – ou pré-colombiana –, é bastante claro que entidades políticas e sociais mais ou menos definidas habitam o continente há cerca de 20.000 anos. Tribos, chefias, cidades-estados e impérios interagiram em quase todo o hemisfério.⁴ Assim sendo, pesquisas antropológicas e arqueológicas realizadas nos atuais países latino-americanos permitem conhecer mais e melhor os padrões de cooperação e conflito, equilíbrio de poder, lideranças, razão de

² CLAESSEN, Henri; SKALNÍK, Peter. **The Early State**. The Hague: Mouton, 1978, p. 689.

³ WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional**. Brasília: Edunb, 2004, p. 476.

⁴ BEGUN, Erica; BRASHLER, Janet. “The Americas”. In: BENJAMIN, Craig (org.). **The Cambridge World History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 537-571.



sistema, hegemonia e anarquia, e muitos outros acontecimentos de grande relevância. Especificamente, no caso da civilização maia, foi possível – em virtude de um sistema de escrita bastante sofisticado – corroborar a fundação, ascensão e declínio de entidades político-sociais ou Estados antigos, que são semelhantes ou comparáveis aos que foram identificados em outras experiências humanas. Obviamente, esse campo de conhecimento relativo às entidades político-sociais antigas da América – bem como os sistemas internacionais pré-westfalianos a elas correlacionados – está em seus primórdios. Aos poucos, essa lacuna de conhecimento na teoria e história das relações internacionais latino-americanas precisa ser abordada, inclusive com novas fontes, tecnologias, diálogo interdisciplinar e análises interpretativas fundamentadas em evidência.

Nesse diapasão, o objetivo do presente artigo é refletir acerca das contribuições que a civilização maia do período clássico oferece aos pesquisadores interessados no devir da teoria e história das relações internacionais “na”, “desde” e “para” a América Latina. A pergunta de pesquisa do texto é a seguinte: quais as principais contribuições que os estudos do período clássico maia oferecem aos pesquisadores da História Antiga, bem como da teoria das Relações Internacionais da América Latina? Além da introdução, a estrutura interna do artigo inclui cinco partes, bem como as considerações finais e as referências bibliográficas.

Ordem e transgressão na América Antiga: como e por que estudar a civilização maia sob a perspectiva das teorias não-ocidentais e da história das relações internacionais?

A civilização maia possui um lugar de destaque na história antiga do continente americano e do mundo. Tratou-se de uma das mais importantes e sofisticadas culturas do planeta. Ela transmitiu entre gerações consideráveis avanços e conhecimentos especializados, inclusive em matemática, astronomia e arquitetura. Isolada da Europa, da África e da Ásia, a referida civilização construiu cidades, centros cerimoniais, estruturas piramidais, fortalezas e monumentos. Foi também uma das pouquíssimas culturas da América antiga



com sistema de escrita próprio.⁵ Essa peculiaridade tem permitido aos arqueólogos, epigrafistas, historiadores e outros cientistas iniciarem um “diálogo” indireto com os autores de códices – equivalentes a livros e revistas da atualidade –, construções monumentais e outras inscrições.⁶

Segundo o calendário maia, o mundo teria sido criado no ano de 3114 antes da nossa era. Sua cultura, no entanto, surgiu a partir de migrações realizadas no chamado período formativo, e se estabeleceu no atual território da Guatemala por volta do ano 600 antes de Cristo. Daí em diante, até a chegada dos conquistadores europeus e a queda do seu último reino, no ano de 1690 d.C., os maias passaram por ciclos de auge e de declínio, momentos de esplendor e decadência. Por via de consequência, a experiência da civilização maia é relevante para a teoria das relações internacionais e história Antiga.

Os maias ocuparam um território de aproximadamente 500 mil quilômetros quadrados, incluindo boa parte do sudeste mexicano, Guatemala, Belize e zonas ocidentais dos atuais El Salvador e Honduras. Na antiga América Central e México habitavam também outros povos mesoamericanos, como os teotihuacanos, zapotecas, toltecas, astecas, lencas e chorotegas. Esses outros povos mesoamericanos compartilhavam com os maias numerosos conhecimentos, crenças religiosas, hábitos, formas de organização política, ideologias, técnicas construtivas e agrícolas, além do famoso calendário. Cumpre acrescentar que os referidas entidades político-sociais viviam sob sistemas jurídicos unificados e religiões politeístas. Com as despesas dos governos financiadas por impostos e tributos, houve desenvolvimento urbano e a constituição de sofisticados centros cerimoniais. Outrossim, de modo geral esses povos se reconheciam como herdeiros e descendentes da ainda mais antiga civilização Olmeca, que floresceu entre 1200 e 400 antes de Cristo. Em consequência disso, predominava um certo ar de família entre esses povos mesoamericanos. O que não impedia, todavia, a eclosão de muitos conflitos.⁷

⁵ COE, Michael. **El desciframiento de los glifos mayas**. México: FCE, 2010, p. 309.

⁶ NAVARRA, Alexandre. A civilização maya. **História**, v. 27, n. 1, p. 347-377, 2008.

⁷ BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Unesp, 2012, p. 576.



Geograficamente, a região maia apresenta altas montanhas e zonas com florestas tropicais. Ela é banhada pelo Mar do Caribe e pelo Oceano Pacífico. Essa disposição geográfica resultou em uma variedade de nichos ecológicos e permitiu grande diversidade agrícola (milho, cacau, feijão, abóbora). Com os excedentes que a agricultura gerou durante vários séculos, foi possível aos maias construir uma rápida diferenciação política, econômica e sociocultural. Destarte, a partir do ano 600 a.C. é possível identificar construções, cerâmicas e iconografia política tipicamente maias.

Especialistas sugerem a existência de três períodos mais ou menos claros na antiga civilização maia: o pré-clássico (600 a.C. a 250 d.C.), o clássico (250 a 900) e o pós-clássico (900 a 1550). No primeiro período houve uma gradual sedentarização, crescente relevância da produção de milho, a formação de vilas autônomas e a constituição de comunidades estratificadas. Entre os vários sítios pré-clássicos maias já descobertos, El Mirador é especialmente significativo pela sua antiguidade e pelo grande porte e imponência das suas construções públicas e privadas. Com efeito, em El Mirador – situado na região de Petén, extremo norte da Guatemala – arqueólogos descobriram uma estrutura piramidal que é a mais volumosa do continente americano e talvez do mundo. Com efeito, trata-se de uma estrutura piramidal gigantesca. Ela se alicerça sob uma plataforma de 320 x 600 metros, e uma altura: 170,40 metros, comparáveis as famosas pirâmides egípcias – lembrando-se que a pirâmide de Quéops tem altura de 146,60 metros. Cumpre acrescentar que as estruturas piramidais maias – e mesoamericanas, em geral – tinham uma evidente conotação religiosa, inclusive com um templo no topo.⁸

O período clássico é o mais conhecido e particularmente relevante para os fins deste artigo. O volume e a qualidade das informações arqueológicas e históricas desse período se devem a um peculiar sistema de escrita. Denominado de logográfico, ele combina aproximadamente 800 hieróglifos ou signos, entre fonéticos e ideográficos. Mesmo após a virtual extinção da escrita maia por imposição do poder colonial espanhol, nos últimos 150 anos um conjunto de arqueólogos, linguistas, epigrafistas, historiadores e outros cientistas

⁸ LONGHENA, Maria. **O México Antigo**. Barcelona: Folio, 2006, p. 288.



procedentes dos mais diferentes países do planeta conseguiram decodificar e entender mais de 80% dos antigos glifos.

Foi no período clássico que os maias alcançaram seus mais espetaculares projetos arquitetônicos, técnicos e artísticos. O reino ou *ahawlel* de Copán, por exemplo, acabou sendo chamado pelos especialistas de Atenas do Novo Mundo. A alcunha se deu em virtude das maravilhosas esculturas tridimensionais, por suas construções cerimoniais e político-administrativas, pelos comprovados avanços intelectuais – especialmente em astronomia – e pela continuidade e harmonia do conjunto urbanístico. Explorado desde o século XIX, Copán é provavelmente o sítio arqueológico maia melhor conhecido pela comunidade científica. Está comprovado que a mais próspera dinastia copaneca governou entre 426 e 822 d.C., tendo o auge de seu desenvolvimento econômico, político e social no século VIII. De qualquer jeito, Copán acabou sendo abandonado no século seguinte, junto com muitos outros reinos maias, especialmente do centro e do sul, por motivos que ainda estão sendo apurados pelos arqueólogos, e que seguramente incluíram o esgotamento dos recursos naturais, revoltas populares e uma severíssima e prolongada crise hídrica.⁹

Com efeito, as causas e consequências desse colapso no período clássico ainda provocam discussão entre os pesquisadores contemporâneos. As principais hipóteses consideradas incluem o excesso de população, a degradação ambiental – com prolongados períodos de seca –, e a turbulência sociopolítica dentro dos próprios reinos, bem como os numerosos conflitos intra-maias e possivelmente com outros povos não-maias. Após o século IX, somente na região de Yucatán conseguiram manter-se alguns poucos reinos e cidades-Estados, como Chichen Itza e Uxmal.¹⁰

O período pós-clássico (900-1550 d.C.) foi uma época menos esplendorosa, mais belicosa e conturbada. Boa parte dessa fase teve domínio da cultura tolteca. Quer dizer, um povo mesoamericano procedente do centro do

⁹ DIAMOND, Jared. **Armas, gérmenes y acero**. México: Mondadori, 2007, p. 317.

¹⁰ DEMAREST, Arthur. “The Collapse of the Classic Maya Kingdoms of The Southwestern Petén”. In: ARNAULD, M.-Charlotte; BRETON, Alain (ed.). **Millenary Maya Societies**. Paris: Electronic Document, 2013, p. 22-48. Disponível em: <https://www.mesoweb.com/publications/MMS/>. Acesso em: 20 fev. 2025.



atual território mexicano que conseguiu penetrar militarmente na região de Yucatán, subordinando os maias e impondo sua economia e cosmologia. Ainda que tenham sido construídas algumas cidades e centros cerimoniais durante o período em tela, a maioria dos especialistas concorda que a época mais gloriosa da civilização maia tinha ficado para trás.

Quando os conquistadores espanhóis apareceram em Yucatán e na Guatemala, foi necessário subjugar individualmente cada entidade político-social, até a queda do último reino, por volta de 1690. Além disso, a ordem colonial no continente americano foi dura. No século XVI, as chamas da Inquisição espanhola dizimaram o que ainda restava daquela civilização. Nessa época, perdeu-se o conhecimento do antigo sistema de escrita, mantendo-se somente uma tradição oral. Outras expressões culturais, ideológicas, políticas, econômicas e sociais tradicionais do povo maia também foram redefinidas pela ordem colonial, que predominou até o início do século XIX.

O advento das independências e da ordem republicana no México e na Guatemala, em 1821, não representaram grandes melhorias no modo de vida dos povos indígenas americanos. Na década de 1980, por exemplo, o governo guatemalteco chegou a ser denunciado internacionalmente por praticar um virtual genocídio contra as comunidades maias do país. Considera-se que mais de 100 mil guatemaltecos de origem maia teriam sido assassinados pelas forças de segurança e defesa. Na época, as vítimas foram acusadas pelos autoritários governantes do país centro-americano de compactuar com ideias revolucionárias.

A luta pelos direitos indígenas – e pelos direitos dos povos maias, em particular – acabou sendo expressa na atribuição do Prêmio Nobel da Paz de 1992, recebido pela guatemalteca Rigoberta Menchú Tum. Dois anos depois, um levante armado tornou conhecidas as reivindicações dos maias-lacandones na região de Chiapas, no México. Destarte, as lutas sociais e políticas dos povos maias continuam na contemporaneidade. Ameaçados hoje pelas políticas de colonialismo interno, pelas mudanças climáticas (secas extremas), pelo racismo e por faraônicas obras de infraestrutura, cerca de 10 milhões de maias e descendentes seguem resistindo, em prol dos direitos humanos, pelo respeito à



sua cultura e pela memória de uma civilização que durante séculos se destacou na América e do mundo.

Sob a perspectiva da história e da teoria das relações internacionais, que é o que interessa para os fins do presente manuscrito, a civilização maia foi exitosa na formação de suas organizações político-administrativas, quase sempre de natureza dinástico-hereditária e teocrática. Passaram de tribos sem governantes (ou bandos de caçadores e coletores) para tribos com governantes (ou chefias, cacicagos) e alcançaram a forma de cidades-Estados ou reinos, com governos complexos e instituições relativamente sofisticadas. Nessa última fase, foi possível constatar a divisão de classes sociais: nobreza (príncipes, escritas, sacerdotes e guerreiros), artesãos, camponeses e escravos.¹¹

Por outro lado, é oportuno esclarecer que os maias nunca estabeleceram um império unificado. Sua organização política era claramente desconcentrada. Houve numerosos reinos com seus respectivos glifos emblema, equivalentes aos brasões estaduais na atualidade, conhecidos como *ahawlel* – e com substantivo coletivo *ahawlelob'*. Observe-se que essas entidades eram mais ou menos independentes entre si. Entretanto, hierarquicamente, elas apresentavam distinções entre grandes potências (Tikal, Calakmul), potências médias (Palenque, Copán, Caracol, Yaxchilán e Pedras Negras), e pequenas potências (Naranjo, Cancuén, Dos Pilas, Motul de San José). Em outros termos, trata-se de um panorama geral semelhante ao das cidades livres que existiam na Grécia antiga ou em certas regiões da África meridional.¹²

Surgem, assim, as condições de possibilidade para o estudo e a pesquisa de um sistema pré-westfaliano praticamente desconhecido sob a perspectiva da história e da teoria das relações internacionais.¹³ O referido sistema incluía o *ahawlelob'*, e também unidades políticas não-maias – como Teotihuacán, verdadeira superpotência da época, bem como povos vizinhos fronteiriços de origem mesoamericana e até não-mesoamericanos. Agora se sabe que os maias

¹¹ FLORESCANO, Enrique. **Los orígenes del poder en Mesoamérica**. México: FCE e Arqueología Mexicana, 2009, p. 539.

¹² MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter. **The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 400.

¹³ YOFFEE, Norman. **Mitos do Estado arcaico: evolução dos primeiros Estados, cidades e civilizações**. São Paulo: EDUSP, 2103, p. 352.



foram tão violentos quanto seus vizinhos de Mesoamérica ou outros povos da antiguidade, em geral. Com efeito, eram persistentes os conflitos, divergências e a violência social e política. Relações de poder se estabeleciam não só ao interior de cada reino, mas também dali para fora. Ou seja, uma dinâmica entre potências com vínculos e interesses específicos, diferenciados e contraditórios.¹⁴

Para os fins deste artigo, é importante tomar nota que no sistema em questão foi possível identificar conceitos relevantes nas pesquisas de história e teoria das relações internacionais.¹⁵ Esse é, por exemplo, o equilíbrio de poder, diplomacia, cooperação e conflito, prestígio, língua franca, acordos, fronteiras, segurança ou soberania. Tais constatações teórico-metodológicas e empíricas são importantes, já que permitiriam confrontar mitos, preconceitos e lacunas, dentre elas: a) a irrelevância de estudar as sociedades pré-westfalianas, em geral, e da América antiga, em particular; b) um marcado eurocentrismo e estadocentrismo, e/ou c) um errado imediatismo ou curto-prazismo.

Os elementos constitutivos de um sistema maia clássico: o encontro da teoria das relações internacionais com a história Antiga

O conceito de sistema é sumamente importante para o estudo e a pesquisa da história e da teoria das relações internacionais. Assim sendo, Hedley Bull, Adam Watson, Barry Buzan, Richard Little, Amitav Acharya e outros reconhecidos autores – especialmente os vinculados à Escola Inglesa de Relações Internacionais – têm identificado a existência de sistemas internacionais específicos desde a época da antiga civilização Suméria, passando pela Grécia, Egito, Roma, China, Índia, Europa Medieval, dentre outras. Quer dizer, experiências preexistentes ao sistema internacional integrado pelos Estados-nacionais, prevalecente desde a denominada paz de Westfália, de 1648.¹⁶

Em paralelo, as publicações do pesquisador Alex Aissaoui são interessantes para os fins deste trabalho, em função de suas excelentes

¹⁴ LACADENA, Alfonso; CIUDAD, Andrés. “Reflexiones Sobre La Estructura Política Maya Clásica”. In: *CIUDAD RUÍZ, Andrés (ed.). Anatomía de una civilización: Aproximaciones Interdisciplinarias a la cultura Maya*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Mayas, 1998, p. 31-64.

¹⁵ NYE, Joseph. **Comprender os Conflitos Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 304.

¹⁶ MURRAY, Robert. **System, Society and the World**. Bristol: E-International Relations Publishing, 2015, p. 140.



contribuições ao estudo do denominado sistema de Amarna.¹⁷ Vigente nos séculos XIV e XIII antes de Cristo, o referido sistema de Amarna congregou, em complexa interdependência política, econômica e estratégica, a cinco grandes potências: Egito, Mitanni, Assíria, Babilônia e o Império Hittita, bem como outros atores. Para Aissaoui, o sistema de Amarna foi verdadeiramente internacional pelo exercício prático de conceitos e estratégias claramente inspiradas nas noções de equilíbrio de poder, diplomacia, língua franca, acordos internacionais, reciprocidade, prestígio, relações hierárquicas, estabilidade hegemônica, cosmopolitismo, dentre outras. Todas elas de grande impacto para o estudo da evolução da história e da teoria das relações internacionais.¹⁸ Daí que o referido autor não hesite em considerar o sistema de Amarna como um dos primeiros na evolução da sociedade internacional. Por consequência, o sistema de Amarna apresenta considerável relevância para os estudiosos e pesquisadores das Relações Internacionais.¹⁹

Segundo Hedley Bull, o conceito de sistema internacional se forma quando “dois ou mais Estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduz[em], pelo menos até certo ponto, como partes de um todo.” Sendo assim, segundo o mesmo autor:

quando os Estados mantêm contato regular entre si, e quando além disso a sua interação é suficiente para fazer com que o comportamento de cada um deles seja um fator necessário nos cálculos dos outros, podemos dizer que eles foram um sistema. A interação dos Estados pode ser direta (quando são vizinhos, parceiros ou competem pelo mesmo fim) ou indireta (em consequência do relacionamento de cada um com um terceiro), ou simplesmente pelo impacto deles sobre o sistema.

[...] A interação dos Estados que define um sistema internacional pode ter a forma de cooperação ou de conflito, ou mesmo de neutralidade ou indiferença recíprocas com relação aos objetivos de cada um. Essa interação pode abranger toda uma gama de atividades – políticas,

¹⁷ AISSAOUI, Alex. “Ancient Near East (CA. 1600-1200 B.C.E.): International History Meets IR Theory”. In: XXII World Congress of Political Science. Madrid, 2013, p. 1-25. Também conferir: AISSAOUI, Alex. “‘Quo Vadis’ World Politics? The Case for Historically-Minded Research Agenda”. In: 21 World Congress of Political Science. Santiago de Chile, 2009, p. 1-24.

¹⁸ AISSAOUI, Alex. “Concepts vs Phenomena: Analyzing the Use of Concepts in Political Science and in IR Theory Through the Prism of International History”. In: Annual Meeting of the International Political Science Association (IPSA). Montreal, 2014, p. 1-27.

¹⁹ AISSAOUI, Alex. “End of a States-System: International Anarchy Before the Rise of Hegemonies – Ancient Near East (CA. 1365-1200 BCE) –”. In: *Politiikan Ja Talouden Tutkimuksen Laitos*. Helsinki, 2012, p. 1-26.



estratégicas, econômicas, sociais –, como acontece hoje, ou apenas uma ou duas delas.²⁰

Sob essa perspectiva teórico-metodológica, no período maia clássico houve, sim, suficiente interação política e estratégica entre as entidades ou Estados antigos que formavam o *ahawlelob'* – bem como terceiros atores dentro e fora da vizinhança mesoamericana – para aceitar, ao menos temporariamente, a existência de um sistema específico e circunscrito. Isto é, um sistema que também mereceria ser estudado e pesquisado pelos historiadores e teóricos das Relações Internacionais.

Cumprir reiterar que no período em apreço, as fontes arqueológicas, epigráficas e históricas disponíveis – ainda que incompletas e até certo ponto fragmentadas – têm constatado a existência de, no mínimo, 60 glifos emblema. Vale insistir que ditos glifos das antigas entidades político-sociais maias podem ser considerados como equivalentes aos atuais brasões estaduais. Além do que, ao interior do *ahawlelob'*, os atores e participantes do referido sistema se reconheciam como pares e compartilhavam estruturas elementares de cultura, sociedade, economia e política. Em outras palavras, predominava um evidente ar de família ainda mais intenso que o compartilhado com outros povos mesoamericanos e não-mesoamericanos vizinhos.

Resulta interessante também para os fins deste estudo que essas entidades político-sociais maias clássicas podem, sim, ser chamadas de Estados no sentido mais abrangente do termo. Evidentemente, não se trata dos Estados-nacionais predominantes na atualidade ou na conceptualização contemporânea. Na trilha de uma concepção forjada na sociologia histórica, neste estudo se entende, junto com autores como Robert Carneiro,²¹ Seth Abrutyn e Kirk Lawrence²² ou Martin van Creveld,²³ que o Estado pode ser definido como uma entidade política autônoma, com um governo centralizado, com poder de recrutamento,

²⁰ BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. São Paulo: Imprensa Oficial e Brasília: Edunb, 2002, p. 15.

²¹ CARNEIRO, Robert. “Chiefdom: Precursor of the State”. In: _____. **The Transition To Statehood In The New World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 37-75.

²² ABRUTYN, Seth; LAWRENCE, Kirk. From Chiefdom to State: Toward an integrative theory of the evolution of polity. **Sociological Perspectives**, v. 53, n. 3, p. 419-442, 2010.

²³ CREVELD, Martin van. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 632.



capacitado para impor tributos, além de assegurar o cumprimento da lei e, em última instância, a garantir uma autonomia emergente.

Essas entidades político-sociais autônomas eram governadas por um *ahaw* – isto é, por reis ou senhores; e em alguns casos por *k'ul ahaw* ou reis sagrados. Todavia, o *ahawlel* ou Estado maia era equivalente ao *altepetl* dos astecas.²⁴ A existência de algumas dessas comunidades pré-colombianas foi confirmada pelos cronistas espanhóis após a conquista dos maias de Yucatán e da Guatemala, nos séculos XVI e XVII. Adicionalmente, é apropriado insistir nas estruturas elementares de cultura compartilhada pelos maias clássicos, principalmente no que diz respeito à escrita, aos sistemas numéricos, às técnicas construtivas, ao sistema socioeconômico, e às especificidades das relações com seus vizinhos, quer no contexto mesoamericano, quer na assim chamada região intermediária ou caribenha.

Testando a noção de equilíbrio de poder no período maia clássico

O conceito de equilíbrio de poder é dos mais importantes e reconhecidos tanto pelos historiadores quanto pelos teóricos das relações internacionais, principalmente pelos autores de orientação realista.²⁵ Fundamentalmente, a noção de equilíbrio de poder sugere que, para preservar a emergente autonomia e independência política, os Estados soberanos devem contrapor-se e balancear as iniciativas e os desígnios de potências com pretensões hegemônicas, expansionistas ou imperialistas, e procurar simultaneamente manter ou restaurar – mesmo pelo uso da força – algum tipo de equilíbrio mais ou menos satisfatório para os principais atores que participam no sistema em referência.²⁶ Todavia, o esforço para preservar o equilíbrio de poder geralmente está enraizado nos conceitos de razão de Estado (segurança individual de cada entidade) e razão de Sistema (segurança coletiva).

²⁴ PHILLIPS, Charles. **O mundo asteca e maia**. Barcelona: Folio, 2006, p. 260.

²⁵ MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations**. Boston: McGraw Hill, 1993, p. 516. WALTZ, Kenneth. **O homem, o Estado e a Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 331.

²⁶ VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. **International Relations Theory**. 3 ed. Boston: Allyn and Bacon, 1998, p. 509. WIGHT, Martin. **A política do poder**. São Paulo: Imprensa Oficial e Brasília: Edunb e Ipri, 2002, p. 382.



Certamente, os reinos maias não eram todos iguais ou equivalentes. Diferenças de poder e relações hierárquicas estão bastante bem documentadas e confirmadas nas fontes arqueológicas e históricas. Tudo isso sem esquecer a relevância de fazer alguma referência à qualidade dos líderes, isto é, dos *k'ul ahaw*. Com efeito, as fontes disponíveis sugerem que no sistema maia clássico coexistiam ao menos três grupos de potências: a) grandes potências (Tikal e Calakmul), b) potências médias (Palenque, Copán, Caracol, Yaxchilán e Pedras Negras), e c) pequenas potências (Naranja, Cancuén, Dos Pilas, Motul de San José, ou Quiriguá). Daí que, na prática, as relações de poder, alianças estratégicas e hierarquias poderiam se expressar em três níveis. Eis o exemplo dos governantes de Calakmul, que exerciam influência, prestígio e mesmo hegemonia sobre seus interlocutores de Caracol; em paralelo, estes faziam o próprio com os líderes de Naranja – sem esquecer que estes últimos governantes exigiam tributos dos camponeses dessa comarca específica.

Adam Watson propõe para o estudo das relações de poder e hierarquia intergovernamentais ao menos cinco tipos ideais de análise no contexto da evolução da sociedade internacional: as independências múltiplas, a suserania, a hegemonia, o domínio e o império. Resumidamente, os tipos ideais das independências múltiplas e do império pressupõem os vértices de um pêndulo entre a virtual anarquia e o controle absoluto dos atores políticos em favor de um único centro de poder, respectivamente. No meio do pêndulo, seria possível apreciar um espectro com episódios de suserania (protetorado de uma potência externa), de hegemonia (considerável prestígio de alguma potência ou liderança nas outras unidades do sistema) e de domínio (constituição de uma esfera de influência exclusiva).²⁷

Desde esse ponto de vista, a evolução do equilíbrio de poder no sistema maia clássico oscilou geralmente entorno do tipo ideal hegemônico, com forte presença, prestígio e influência das duas grandes potências da época: Tikal e Calakmul. Essas foram as elites dirigentes de um sistema que acabou sendo essencialmente bipolar. Ainda que durante o século VII, após derrotar e submeter

²⁷ WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional**. 2004.



temporariamente ao seu antagonista, Calakmul chegou a se aproximar do tipo ideal do Domínio e eventualmente do Império.

Para os fins deste artigo também é importante constatar que a guerra, a violência organizada e as alianças político-militares eram frequentes no *ahawlelob'*. Evidência arqueológica sugere que, entre os anos 250 e 900 d.C., foi possível registrar ao menos trinta confrontos militares diretos entre unidades político-sociais maias. Segundo Simon Martin, os referidos confrontos militares entre Estados maias incluíam desde expedições punitivas temporárias até o surpreendente conceito de “guerra das estrelas”, que implicava uma virtual guerra santa e a execução da elite governamental adversária.²⁸

Nesse contexto, uma vitória militar resultava na possibilidade de imposição de tributos ao reino vencido, bem como a subordinação e alinhamento dos governantes derrotados aos interesses e prioridades estratégicas da potência triunfante. Em alguns casos, a elite governante do *ahawlel* derrotado poderia acabar sendo completamente substituída por uma dinastia hereditária mais próxima e convergente com a cosmologia ou as visões de mundo da potência vencedora. Em outras oportunidades, uma média ou pequena potência poderia libertar-se da hegemonia e da subordinação em relação a uma potência hierarquicamente superior se conseguia vencer seu algoz ou aproveitar-se de alguma fraqueza temporária das principais potências do sistema. Esse foi o caso da virtual libertação de Quiriguá em relação a Copán, após a captura e execução do governante copaneco. Teve também casos, como o de Dos Pilas, onde uma facção da dinastia hereditária de Tikal resolveu procurar novos horizontes mediante a fundação de um reino novo e diferente.

É importante tomar nota que a ética político-militar e estratégica dos antigos maias parecia excluir a destruição pura e simples das populações dos Estados derrotados. Em outras palavras, o extermínio em massa, como aconteceu em outras latitudes e civilizações da antiguidade.²⁹ Os conflitos aparentemente

²⁸ MARTIN, Simon. “La ‘Guerra de Estrellas’ de Tikal contra Naranjo”. In: Octava Mesa Redonda de Palenque. Palenque, 1996. Disponível em: <https://www.mesoweb.com/pari/publications/RT10/Estrellas.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

²⁹ JENNINGS, Justin. **Killing Civilization: A Reassessment of Early Urbanism and Its Consequences**. Albuquerque: UNM Press, 2016, p. 376.



eram circunscritos às disputas entre monarquias em competição. Naturalmente, isto não exclui a captura de prisioneiros e cativos para a realização de trabalho escravo ou de sacrifício – e mesmo de canibalismo. Daí que, com pouquíssimas exceções, os principais atores estatais do sistema maia clássico fossem, durante seis séculos, basicamente os mesmos, sendo que alguns reinos tinham sido fundados ainda no período pré-clássico. Esse é um outro paralelismo da experiência maia com o sistema helénico da antiguidade clássica, igualmente belicoso entre suas unidades político-sociais específicas, as *polis*.³⁰

A longa duração do sistema maia clássico também se explica como resultado de um esforço conjunto e sistemático para manter a denominada *razão de sistema*, evitar a autodestruição, bem como manter o reconhecimento das estruturas elementares de cultura, reciprocidade, interdependência complexa e interação. No fim, as relações hegemônicas e hierárquicas no contexto do *ahawlelob'* parecem ter sido fundamentalmente entre elites governantes em constante competição, e muito menos entre povos, comunidades e sociedades que compartilhavam uma cultura essencialmente convergente e comum. Infere-se do anterior que a noção de equilíbrio de poder foi efetivamente conhecida e aplicada pelos maias muitos séculos antes do surgimento da moderna conceptualização do conceito.³¹

Acordos político-diplomáticos, soberania e qualidade da liderança

A noção de soberania é, sem dúvida, central no estudo da história e da teoria das relações internacionais.³² Mesmo reconhecendo-se que não se trata de uma conceptualização tipicamente westfaliana ou até mesmo weberiana do Estado-nação, muitos especialistas no assunto não mais se insurgem contra a possibilidade do uso do termo Estado soberano e autônomo para referir-se ao *ahawlel* – isto é, o reino maia. Ao mesmo tempo, mais de 60 entidades político-sociais possuíam, como mencionado anteriormente, seus respectivos glifos emblemas ou brasões, tinham reconhecimento recíproco e dominavam

³⁰ YOFFEE, Norman. **Mitos do Estado arcaico**. 2103.

³¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tudo Império Perecerá**. Brasília: Edunb e São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 483. WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas**. Buenos Aires: Paidós, 2001, p. 624.

³² KRASNER, Stephen. **Soberanía. Hipocresía organizada**. Buenos Aires: Paidós, 2001, p. 352.



populações e territórios mais ou menos delimitados. De fato, os principais *ahawlel* detinham uma extensão territorial média de cinco mil quilômetros quadrados, e até 100 mil habitantes.³³

Os reinos maias eram governados por dinastias hereditárias. Houve, ao longo dos seis séculos do período clássico, experiências de conflitos dinásticos, inclusive muitas conspirações de natureza familiar entre potenciais herdeiros ao trono. Também, evidência corrobora a existência de conflitos armados internos. E finalmente a implosão do próprio sistema maia clássico, após o dramático abandono das principais sedes, centros cerimoniais ou capitais, no século IX, em função do esgotamento dos recursos naturais, de uma grave crise hídrica e de revoltas populares associadas.³⁴

Observe-se, também, que o *ahawlel* evidentemente era diferente tanto do Estado imperial de Teotihuacán, quanto das chefias, cacicados ou senhorios dos vizinhos não-maias das fronteiras leste, oeste e sul. Adicionalmente, a ideologia política maia também era complexa e propositiva, ao grau que alguns de seus governantes principais chegaram a ser considerados sagrados – ou *k'ul ahaw*. Daí uma crescente estratificação e diferenciação social, a arquitetura monumental – inclusive com espetaculares palácios –, legislação, sistemas educacionais, e centralização do poder.

Para os fins deste artigo é pertinente aprofundar um pouco mais na bipolaridade Tikal-Calakmul, principalmente pelas suas importantes consequências para quase todos os outros atores do sistema. Assim sendo, durante o período maia clássico, as relações hierárquicas no *ahawlelob'* ficaram em grande parte subordinadas aos desígnios e interesses estratégicos das duas principais potências: Tikal e Calakmul. Ainda que outras potências médias – como Palenque, Copán, Caracol, Yaxchilán ou Piedras Negras – também tivessem alguma relevância e influência sub-regional, a competição fundamental pelo prestígio e pela hegemonia foi travada pelas duas potências supramencionadas.

³³ CHASE, Arlens F.; CHASE, Diane Z. “Late Classic Maya Political Structure, Polity Size, And Warfare Arenas”. In: *CIUDAD RUÍZ, Andrés (ed.). Anatomía de una civilización: Aproximaciones Interdisciplinarias a la cultura Maya*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Mayas, 1998, p. 11-29.

³⁴ EVANS, Nicholas P. *et al.* Quantification of drought during the collapse of the classic Maya civilization. *Science*, v. 361, n. 6401, p. 498-501, 2018.



E essa competição bipolar Tikal-Calakmul está registrada em evidência arqueológica descoberta principalmente em pequenas e médias potências subordinadas às alianças comandadas pelos dirigentes das principais potências.

Rememorando as famosas cartas do sistema de Amarna,³⁵ não são poucos os registros de vassalagem, subordinação e clientelismo, além de acordos desiguais, entre atores hierárquicos do sistema em questão. Esses acordos desiguais geralmente eram renovados pelas lideranças correspondentes nos momentos de assunção de novos dirigentes nos reinos subalternos. A estes reinos, aliás, estava vedada uma interação com a aliança político-militar adversária. Concomitantemente, as tentativas de insubordinação e defecção de lideranças eram severamente punidas. No fundo, tratava-se da periódica recomposição de esferas de influência hegemônica e eventual soberania relativa.³⁶

Precisamente, foi o gradual deslocamento ou diminuição da liderança de Tikal no início do período clássico – que na época tinha certo apoio procedente de Teotihuacán –, para uma situação de alta e crescente influência de Calakmul, em reinos localizados no entorno de Tikal – dentre eles Caracol, Naranjo, El Perú, Cancuén e Dos Pilas –, tudo isso no século VI, o que acabou resultando em um prolongado conflito, direto e indireto, entre ambas as grandes potências maias. Momento crucial desse confronto, tensão e competição político-militar bipolar foi a derrota de Tikal, em 562 d.C., que redundou não somente em uma temporária ocupação da principal e mais bela cidade do mundo maia, como também no chamado “vácuo” de 130 anos em construções monumentais e comemorativas no referido *ahawlel*.

Em paralelo, o século VII foi a época mais gloriosa de Calakmul; quer dizer, um sítio arqueológico localizado na atual província mexicana de Campeche. Tal conjuntura foi reconhecida inclusive em reinos relativamente distantes daquela cidade – como foi o caso de inscrições alusivas aos reis daquela entidade política em Palenque e Copán, estabelecidos nas fronteiras do oeste e sul da região maia,

³⁵ LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente. História, Sociedade e Economia**. São Paulo: EDUSP, 2023, p. 832.

³⁶ GRUBE, Nikolai; MARTIN, Simon. “La Historia Dinástica De Los Mayas”. In: GRUBE, Nikolai (ed.). **Los Mayas. Una Civilización Milenaria**. Barcelona: H.F. Ullmann, 2006, p. 149-171.



respectivamente. Esse longo interregno de predomínio de Calakmul, principalmente durante o governo do *k'ul ahaw* Yuknoom Ch'een I – também conhecido como Yuknoom o Grande –, esteve muito perto de modificar inclusive o tipo de ideal de organização política em favor do Domínio e eventualmente do Império unificado e centralizado, semelhante ao observado no centro do México (Teotihuacán, Astecas) e em outros sistemas internacionais pré-westfalianos – dentre estes, o Império romano.³⁷

Agora se sabe que o interregno ou momento unipolar de Calakmul acabou sendo superado no século VIII, após uma série de brilhantes vitórias militares de uma renovada dinastia de Tikal contra Naranjo e Caracol – importantíssimos aliados de Calakmul – e posteriormente contra o próprio território do adversário histórico, em 736 d.C.³⁸ Assim, durante os governos de Jasaw Chan K'awiil e sucessores, Tikal iniciou uma última fase de magníficas construções monumentais. Até que, em 879, após oito séculos desde sua fundação, a cidade-sagrada de Tikal acabou sendo abandonada, seguindo o mesmo padrão observado na maioria dos outros principais sítios maias clássicos, como consequência do esgotamento de recursos naturais, de uma severa crise hídrica, e de revoltas populares associadas.

Concomitantemente, as fontes arqueológicas destacam a qualidade e a eficiência de alguns governantes – ou *k'ul ahaw* na terminologia política maia. Dentre esses líderes merecem ser mencionados: K'inich J'anaab Pakal em Palenque (México), Jasaw Chan K'awiil em Tikal (Guatemala), Uaxaclajuun Ub'aah K'awiil em Copán (Honduras), e Yuknoom Ch'een I em Calakmul (México). Por razões de espaço, não é possível fazer uma avaliação exaustiva da vida e da obra desses personagens históricos, tão importantes no devir de seus respectivos Estados, bem como no conjunto do sistema em apreço.³⁹

³⁷ LAVAN, Myles; PAYNE, Richard E.; WEISWEILER, John. **Cosmopolitanism and empire: universal rulers, local elites, and cultural integration in the ancient Near East and Mediterranean**. Nova York: Oxford University Press, 2016, p. 296.

³⁸ STUART, David. Testimonios sobre la guerra durante el Clásico maya. **Arqueología Mexicana**, v. VI, n. 32, p. 6-13, 1998.

³⁹ MARTIN, Simon; GRUBE, Nikolai. **Crônica dos Reis e Rainhas Maias**. São Paulo: Verbo, 2007.



Bastante associado ao bom desempenho dos governantes acima referidos foi o reconhecimento da crescente influência do estamento burocrático emergente, especialmente dos escrivãos. Ocorre que, como mencionado anteriormente, a sociedade maia era bastante sofisticada em termos socioculturais. Ela tinha um sistema de escrita complexo e aparentemente uma percentagem significativa da sociedade maia era alfabetizada. Daí a persistente e apreciada construção de monumentos de natureza político-social com inscrições e outros suportes (códices). Nesse contexto, os escrivãos ou secretários – equivalentes aos atuais ministros de Estado, dentre eles os respectivos chanceleres e diplomatas – alcançaram um pouco usual e altíssimo prestígio e reconhecimento. Afinal, esse estamento burocrático maia era encarregado de tomar muitas das principais decisões cotidianas dos respectivos reinos, inclusive no tocante às relações político-diplomáticas, econômicas e estratégicas com os vizinhos próximos e distantes.

Mesmo que não exista evidencia que confirme a existência de missões diplomáticas permanentes nos Estados vizinhos, numerosos murais e cerâmica policromada sugerem que as missões comerciais e políticas – que incluíam componentes de espionagem – eram bastante frequentes. Julga-se que essas missões recebiam imunidades, reciprocidade e proteção dos respectivos governantes que lhes hospedavam. Outrossim, os filhos de casas dinásticas menores – bem como de adversários derrotados militarmente – eram “convidados” a residir e se formar nas instituições educacionais das principais potências. Na realidade, esses hóspedes acabavam servindo não somente como reféns – com o propósito de assegurar a lealdade de seus pais –, como também no papel de futuros interlocutores de maior confiança nos reinos periféricos.⁴⁰

Algo bastante semelhante acontecia com o intercâmbio recíproco de princesas reais, oferecidas aos governantes de outros reinos aliados. Pressupunha-se que os filhos dessas futuras rainhas em dinastias vizinhas poderiam cimentar e consolidar alianças político-militares e intergovernamentais. E finalmente é bastante frequente encontrar em tumbas

⁴⁰ DEMAREST, Arthur. “The Collapse of the Classic Maya Kingdoms of The Southwestern Petén”. 2013.



reais obséquios, presentes e bens de luxo – dentre eles o jade e penas do quetzal, especialmente apreciados pela elite maia – procedentes de unidades político-sociais vizinhas, o que configura trocas simbólicas e materiais de natureza diplomática. Esse é o caso das maravilhosas oferendas encontradas nas tumbas reais de Pakal ou da assim chamada “Rainha Vermelha”, em Palenque.⁴¹

O *ahawlelob'* e os vizinhos próximos e distantes

No período em apreço deste ensaio, o *ahawlelob'* – isto é, o conjunto dos 60 reinos maias – manteve constantes contatos, afinidades eletivas, cooperação e conflitos com outros povos que formavam parte da denominada área cultural Mesoamericana, e inclusive além dela. Como mencionado anteriormente, a região mesoamericana surgiu a partir da civilização olmeca, localizada na costa do golfo do México, no período pré-clássico. Desde então, e até a conquista espanhola no século XVI, a região cultural mesoamericana albergou numerosos povos que compartilhavam certo ar de família, crenças, costumes, sistemas políticos e econômicos etc. A civilização maia certamente chegou a ser uma das mais destacadas integrantes de Mesoamérica. Especificamente no período clássico – entre 250 e 900 d.C. –, a interdependência, as trocas simbólicas e materiais, a interação e os contatos entre o *ahawlelob'* com outros povos mesoamericanos – e inclusive com comunidades não-mesoamericanas – chegaram a ser importantes e significativos para a evolução do sistema em referência.

Certamente, as relações do *ahawlelob'* com o poderosíssimo Estado de Teotihuacán – localizado no centro do atual México, e que floresceu entre 100 a.C. e 650 d.C. – foram particularmente significativas e transcendentais. De fato, Teotihuacán era a verdadeira superpotência mesoamericana da época, projetando poder econômico, político, cultural, social e estratégico no *ahawlelob'*. Além disso, o Estado teotihuacano também mantinha um entreposto comercial próprio e “conselheiros políticos” na antiquíssima cidade maia de Kaminaljuyú (centro da Guatemala). Outrossim, as relações entre Teotihuacán e Tikal foram tão intensas que a condição de *primus inter pares* desta no

⁴¹ RUZ, Alberto. **Los antiguos mayas**. México: FCE, 2006, p. 221.



ahawlelob' acabou ficando gravemente comprometida com a virtual “conquista” e imposição de uma dinastia claramente favorável aos interesses de Teotihuacán, em 368 d.C., e posteriormente no marco do declínio e abandono final daquela superpotência mesoamericana, no século VII.⁴²

Além do uso da força para impor prestígio e influência no *ahawlelob'*, os governantes de Teotihuacán também teceram alianças com certos reinos maias pela via do casamento com príncipes e princesas procedentes da superpotência do centro do México ou de seus aliados em Tikal. Em 426 d.C., por exemplo, K'inich Yax K'uk' Mo' fundou a mais poderosa das dinastias que governaram Copán no período clássico. E para legitimar seu poder político, esse *k'ul ahaw* não duvidou em se apresentar como um reformador procedente e inspirado nas experiências de Tikal e de Teotihuacán. Daí que o governante copaneco assumiu os modos, os costumes e a própria simbologia do poder político importados, replicando claramente os modelos da distante superpotência mesoamericana da época. Por via de consequência, em poucas décadas, Copán, mesmo localizado na fronteira sul, chegou a ser uma das quatro ou cinco mais importantes potências médias do *ahawlelob'*.

Com efeito, evidência arqueológica demonstra que a poderosa influência de Teotihuacán no *ahawlelob'* repercutiu até na vestimenta, nos rituais mágico-religiosos – especialmente as associadas ao deus Tlaloc – e nas técnicas construtivas de palácios e monumentos.⁴³ Inversamente, na própria cidade de Teotihuacán, uma verdadeira megacidade com mais de 150 mil habitantes na época de apogeu, existia um bairro especificamente maia, dedicado ao comércio. Desse modo, oferendas de origem maia procedentes inclusive da distante bacia do rio Motagua, foram descobertas nas explorações realizadas nos monumentos de Teotihuacán.

Nesse contexto, o declínio e esgotamento do poderio de Teotihuacán, por volta do ano 650 d.C., devido a causas que ainda estão sendo apuradas pelos arqueólogos, também provocou graves consequências e repercussões no sistema

⁴² MANZANILLA, Linda. “El Estado teotihuacano”. *Arqueología Mexicana*, v. VI, n. 32, p. 22-31, 1998.

⁴³ STUART, David. 'The Arrival of Strangers': Teotihuacan and Tollan in Classic Maya History. *P.A.R.I. Online Publications*, n. 25, p. 1-11, 1998.



maia clássico. Com efeito, o colapso da superpotência mesoamericana abalou as relações políticas e estratégicas, os equilíbrios de poder e as hierarquias que então existiam no *ahawlelob'* e que tinham sido tão favoráveis aos interesses e desígnios hegemônicos dos governantes de Tikal. Lembre-se que esse declínio temporário de Tikal, até então importante potência regional, favoreceu a vertiginosa ascensão de Calakmul ao centro do sistema maia clássico, especialmente no século VII. Como mencionado anteriormente, a ascensão de Calakmul quase acabou gerando o surgimento de um Domínio ou um Império realmente efetivo na referida civilização pré-colombiana ou da América antiga.

Simultaneamente, além da interação com Teotihuacán, os maias estabeleceram relações de vizinhança com outros povos, comunidades e entidades políticas mesoamericanas, isto é, nas fronteiras leste, oeste e sul do *ahawlelob'*.⁴⁴ Esses povos mesoamericanos vizinhos – como os lencas, pipiles ou chorotegas, que habitavam os atuais territórios do sul do México, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica – tinham formas menos desenvolvidas de organização político-social que os maias. Tratava-se de chefias, cacicagos, senhorios ou tribos com uma diferenciação e estratificação menos pronunciada.

Todavia, é importante destacar que os contatos maias, especialmente de Palenque e Copán, localizados nas fronteiras ocidental e sul do *ahawlelob'*, respectivamente, com os vizinhos próximos eram intensos e persistentes, sobretudo em termos comerciais, culturais e políticos. Observe-se que, no fundo, essa discussão específica pode-nos levar ao debate sobre o estabelecimento de fronteiras culturais. Certamente, essas dinâmicas também acabavam incidindo na recomposição e no devir do próprio sistema maia clássico.

Vale acrescentar que não é possível descartar ações violentas entre maias e povos vizinhos, principalmente para capturar prisioneiros, escravos e mesmo eventuais vítimas destinadas ao sacrifício humano. Contudo, é igualmente relevante acrescentar que nas cidades fronteiriças de Palenque e Copán são relativamente poucas as referências arqueológicas correlacionadas à violência organizada, ao militarismo ou ao expansionismo em relação aos povos não-maias

⁴⁴ PARIS, Elizabeth; LÓPEZ, Roberto. Los mayas de los Altos de Chiapas y sus vecinos occidentales. **Estudios de Cultura Maya**, n. XLIX, p. 39-66, 2017.



vizinhos. Essa visão de aparente harmonia e relações cooperativas observadas pela primeira geração de arqueólogos em Copán e Palenque, desde o final do século XIX, resultou em uma apreciação excessivamente bondosa, idílica, bem-intencionada e pacifista da civilização maia e do sistema maia clássico. Sabe-se que essa laudatória – porém falsa – percepção do sistema maia lhe acabou angariando bastante simpatia na opinião pública internacional contemporânea, tudo isso no meio de uma época de graves conflitos internacionais, principalmente na primeira metade do século XX.

Ainda que essa pacífica e harmônica visão inicial do *ahawlelob'* acabasse sendo questionada e mesmo superada nas décadas subsequentes – especialmente após as escavações arqueológicas em sítios maias muito mais belicosos como Yaxchilán ou Piedras Negras –, não parece incorreto ponderar que as experiências de Copán e Palenque sugerem o predomínio de relações relativamente construtivas e mesmo colaborativas com seus vizinhos não-maias. Infere-se que esses padrões de trocas, interação, cooperação e conflito do *ahawlelob'* com chefias, cacicagos ou senhorios não-maias – e até não-mesoamericanos – precisam ser mais bem estudados e pesquisados, mormente pelas suas implicações e desdobramentos no devir do sistema em referência.⁴⁵

Considerações finais

Sob a perspectiva da história antiga e das teorias não-ocidentais, o estudo da experiência maia clássica parece ser importante, relevante e pertinente.⁴⁶ Gradualmente, os estudos da civilização maia estão interagindo com outras disciplinas e áreas de conhecimento, especialmente com a História das Relações Internacionais da América Latina.

A esse respeito, é importante reiterar que o estudo teórico e historiográfico da América Antiga ainda precisa ser aprofundado. Ocorre que, nas correntes tradicionais de pesquisadores, o continente americano somente adquiriu alguma relevância digna de menção a partir da expansão colonialista europeia e,

⁴⁵ COE, Michael; SNOW, Dean; BENSON, Elizabeth. **A América Antiga**. Barcelona: Folio, 2006, p. 239.

⁴⁶ GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo: Uma nova história da humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 696.



principalmente, no contexto da relativamente recente ascensão dos Estados Unidos, no marco de uma sociedade internacional essencialmente de natureza europeia ampliada. Outros autores reconhecidos e conceituados no campo da teoria das relações internacionais – além de adotarem posturas evidentemente eurocêntricas, estadocêntricas e excessivamente imediatistas ou curto-prazista –, nos fatos, acabaram negando-se a pesquisar seriamente as experiências, tradições ou sistemas não-europeus antigos. E alguns teóricos questionam a pertinência de qualquer estudo histórico nas relações internacionais, em geral, favorecendo uma postura alegadamente racionalista. Isto é, uma preocupação com o devir da sociedade internacional criada pelos e para os europeus, e confirmada na ordem westfaliana.⁴⁷

Em paralelo, poucos são os historiadores – e ainda menos os arqueólogos – especializados no estudo da história das relações internacionais ou mesmo na sociologia histórica do político. Certo ou errado, acreditam muitos historiadores que a análise historiográfica realizada pela maioria dos teóricos das relações internacionais é fundamentalmente episódica, superficial e quase sempre irrelevante pela falta de consulta aos arquivos e outras fontes primárias.

Nesse contexto, a presente contribuição propõe o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa do sistema maia clássico a partir de um diálogo construtivo e transdisciplinar.⁴⁸ Pondera-se que o problema-objeto em referência é transcendente.⁴⁹ Nesse caminhar, certamente, será necessário modificar alguns paradigmas tradicionais. Assim, uma aproximação às denominadas teorias não-ocidentais das relações internacionais, bem como aos estudos subalternos e decoloniais, são alternativas incontornáveis, imperativas e imprescindíveis.⁵⁰

Afastar-se um pouco do eurocentrismo, do estadocentrismo westfaliano e do imediatismo/curto-prazismo permite aos pesquisadores da história antiga e

⁴⁷ ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. **How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism**. London: Pluto Press, 2015, p. 400.

⁴⁸ ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory**. Londres: Routledge, 2009, p. 256.

⁴⁹ TICKNER, Arlene; WAEVER, Ole. **International Relations Scholarship Around the World**. Londres: Routledge, 2009, p. 367.

⁵⁰ TICKNER, Arlene; BLANEY, David. **Thinking International Relations Differently**. Londres e Nova York: Routledge, 2012, p. 362.



da teoria das relações internacionais observar e compreender melhor não somente o devir da sociedade internacional atual. Também possibilita adquirir um senso crítico mais apurado e propositivo diante dos desafios teórico-metodológicos, empíricos, profissionais e mesmo existenciais da contemporaneidade.⁵¹ Cumpre acrescentar que esse movimento “revisionista” em história antiga e teoria das relações internacionais compartilha, em última instância, preocupações epistemológicas e inclusive filosóficas, previamente desenvolvidas por autores e paradigmas denominados de críticos, pluralistas, globalistas, feministas, ambientalistas e/ou subalternos.⁵²

Tudo isso sem esquecer que toda teoria – e principalmente as teorias dominantes no campo das Relações Internacionais – não são neutras. À vista disso, conscientemente ou não, essas construções teóricas dominantes acabam ou podem acabar reproduzido e sendo funcionais à ordem atualmente existente.⁵³ Daí que, pesquisadores no campo da história antiga e da teoria das relações internacionais latino-americanas poderiam ir além dos conceitos e das interpretações tradicionais. Portanto, uma forma de conseguir esse efeito almejado de ir além do corriqueiro ou do comum é oferecer contribuições originais, rigorosas, inovadoras e socialmente transcendententes.

Longe de ser uma simples curiosidade academicista, infere-se que o problema-objeto do presente artigo gera implicações para atores estatais e não-estatais das Relações Internacionais latino-americanas na contemporaneidade. Esse é o caso de comunidades indígenas maias e mesoamericanas, das atuais sociedades e Estados – principalmente do México e da América Central – e do Sul global, bem como de enfoques emergentes ou teorias não-ocidentais. Conclui-se, por tanto, que corresponderá aos atuais e futuros pesquisadores aprofundar os estudos sobre a evolução da sociedade internacional “na”, “desde” e “para”

⁵¹ AISSAOUI, Alex. The Amarna diplomacy in IR perspective: a system of states in the making. **Estudos Internacionais**, v. 6, n. 2, p. 9-29, 2018. LAFRAIE, Najibullah. “Muslims’ Pre-Westphalian ‘International Relations’”. In: XXII World Congress of Political Science. Madrid, 2012, p. 1-23.

⁵² COX, Robert. “Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da Ordem Mundial”. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto (ed.). **Governança sem governo**. Brasília: Edunb e São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 183-218.

⁵³ SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 362.



América Latina, até mesmo em projetos sobre a América Antiga e Colonial. Tal desafio ontológico e epistemológico procurará complementar os conhecimentos mais tradicionais e hegemônicos da disciplina em questão, mediante a incorporação de análises interpretativas acerca de experiências humanas diferenciadas, valiosas e pouco conhecidas. No médio e longo prazo, esses esforços permitirão ampliar a agenda de pesquisa, os debates e as fronteiras da ciência.

Em retrospectiva, corrobora-se que o sistema pré-westfaliano maia clássico se erige em um problema-objeto relevante para a História e Teoria das Relações Internacionais da América Latina. A presença de um peculiar sistema de escrita naquela civilização antiga – que já é conhecido e traduzível em grande parte – possibilita e convalida um esforço transdisciplinar comparável ao observado em outros de sua mesma categoria e periodicidade cronológica. Em paralelo, verifica-se que, mesmo no tocante aos sistemas pré-westfalianos, a região latino-americana não pode continuar sendo apenas receptora de teorias, conceitos ou saberes importados dos centros tradicionais de produção de conhecimentos das disciplinas em questão. Pelo contrário, o artigo convida a pesquisadores formados ou em formação a assumir esse desafio transcendente, relevante e mesmo paradigmático.⁵⁴

Data de submissão: 19/09/2024

Data de aceite: 20/02/2025

Referências

ABRUTYN, Seth; LAWRENCE, Kirk. From Chiefdom to State: Toward an integrative theory of the evolution of polity. **Sociological Perspectives**, v. 53, n. 3, p. 419-442, 2010.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory**. Londres: Routledge, 2009.

AISSAOUI, Alex. The Amarna diplomacy in IR perspective: a system of states in the making. **Estudos Internacionais**, v. 6, n. 2, p. 9-29, 2018.

⁵⁴ SARAIVA, José Flávio. **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century**. Brasília: IBRI, 2009, p. 271.



AISSAOUI, Alex. “Concepts vs Phenomena: Analyzing the Use of Concepts in Political Science and in IR Theory Through the Prism of International History”. In: Annual Meeting of the International Political Science Association (IPSA). Montreal, 2014, p. 1-27.

AISSAOUI, Alex. “Ancient Near East (CA. 1600-1200 B.C.E.): International History Meets IR Theory”. In: XXII World Congress of Political Science. Madrid, 2013, p. 1-25.

AISSAOUI, Alex. “End of a States-System: International Anarchy Before the Rise of Hegemonies – Ancient Near East (CA. 1365-1200 BCE) –”. In: *Politiikan Ja Talouden Tutkimuksen Laitos*. Helsinki, 2012, p. 1-26.

AISSAOUI, Alex. “‘Quo Vadis’ World Politics? The Case for Historically-Minded Research Agenda”. In: 21 World Congress of Political Science. Santiago de Chile, 2009, p. 1-24.

ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. **How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism**. London: Pluto Press, 2015.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**. São Paulo: Imprensa Oficial e Brasília: Edunb, 2002.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Unesp, 2012.

CARNEIRO, Robert. “Chiefdom: Precursor of the State”. In: _____. **The Transition To Statehood In The New World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 37-75.

CHASE, Arlens F.; CHASE, Diane Z. “Late Classic Maya Political Structure, Polity Size, And Warfare Arenas”. In: *CIUDAD RUÍZ, Andrés (ed.). Anatomía de una civilización: Aproximaciones Interdisciplinarias a la cultura Maya*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Mayas, 1998, p. 11-29.

CLAESSEN, Henri; SKALNÍK, Peter. **The Early State**. The Hague: Mouton, 1978.

COE, Michael. **El desciframiento de los glifos mayas**. México: FCE, 2010.



COE, Michael; SNOW, Dean; BENSON, Elizabeth. **A América Antiga**. Barcelona: Folio, 2006.

COX, Robert. “Rumo a uma conceituação pós-hegemónica da Ordem Mundial”. In: ROSENAU, James; CZEMPIEL, Ernst-Otto (ed.). **Governança sem governo**. Brasília: Edunb e São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 183-218.

CREVELD, Martin van. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DEMAREST, Arthur. “The Collapse of the Classic Maya Kingdoms of The Southwestern Petén”. In: ARNAULD, M.-Charlotte; BRETON, Alain (ed.). **Millenary Maya Societies**. Paris: Electronic Document, 2013, p. 22-48. Disponível em: <https://www.mesoweb.com/publications/MMS/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

DIAMOND, Jared. **Armas, gérmenes y acero**. México: Mondadori, 2007.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tudo Império Perecerá**. Brasília: Edunb e São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

EVANS, Nicholas P. *et al.* Quantification of drought during the collapse of the classic Maya civilization. **Science**, v. 361, n. 6401, p. 498-501, 2018.

FLORESCANO, Enrique. **Los orígenes del poder en Mesoamérica**. México: FCE e Arqueología Mexicana, 2009.

GRAEBER, David; WENGROW, David. **O despertar de tudo: Uma nova história da humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GRUBE, Nikolai; MARTIN, Simon. “La Historia Dinástica De Los Mayas”. In: GRUBE, Nikolai (ed.). **Los Mayas. Una Civilización Milenaria**. Barcelona: H.F. Ullmann, 2006, p. 149-171.

JENNINGS, Justin. **Killing Civilization: A Reassessment of Early Urbanism and Its Consequences**. Albuquerque: UNM Press, 2016.

KRASNER, Stephen. **Soberanía. Hipocresía organizada**. Buenos Aires: Paidós, 2001.



LACADENA, Alfonso; CIUDAD, Andrés. “Reflexiones Sobre La Estructura Política Maya Clásica”. In: *CIUDAD RUÍZ, Andrés (ed.). Anatomía de una civilización: Aproximaciones Interdisciplinarias a la cultura Maya*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Mayas, 1998, p. 31-64.

LAFRAIE, Najibullah. “Muslims’ Pre-Westphalian ‘International Relations’”. In: XXII World Congress of Political Science. Madrid, 2012, p. 1-23.

LAVAN, Myles; PAYNE, Richard E.; WEISWEILER, John. **Cosmopolitanism and empire: universal rulers, local elites, and cultural integration in the ancient Near East and Mediterranean**. Nova York: Oxford University Press, 2016.

LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente. História, Sociedade e Economia**. São Paulo: EDUSP, 2023.

LONGHENA, Maria. **O México Antigo**. Barcelona: Folio, 2006.

MANZANILLA, Linda. “El Estado teotihuacano”. **Arqueología Mexicana**, v. VI, n. 32, p. 22-31, 1998.

MARTIN, Simon. Caracol Altar 21 Revisited: More Data on Double Bird and Tikal’s Wars of the Mid-Sixth Century. **The PARI Journal**, v. VI, n. I, p. 1-9, 2005.

MARTIN, Simon. “La ‘Guerra de Estrellas’ de Tikal contra Naranjo”. In: Octava Mesa Redonda de Palenque. Palenque, 1996. Disponível em: <https://www.mesoweb.com/pari/publications/RT10/Estrellas.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARTIN, Simon; GRUBE, Nikolai. **Crónica dos Reis e Rainhas Maias**. São Paulo: Verbo, 2007.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among nations**. Boston: McGraw Hill, 1993.

MORRIS, Ian; SCHEIDEL, Walter. **The Dynamics of Ancient Empires: State Power from Assyria to Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 2008.



MURRAY, Robert. **System, Society and the World**. Bristol: E-International Relations Publishing, 2015.

NAVARRA, Alexandre. A civilização maya. **História**, v. 27, n. 1, p. 347-377, 2008.

NYE, Joseph. **Compreender os Conflitos Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

PARIS, Elizabeth; LÓPEZ, Roberto. Los mayas de los Altos de Chiapas y sus vecinos occidentales. **Estudios de Cultura Maya**, n. XLIX, p. 39-66, 2017.

PHILLIPS, Charles. **O mundo asteca e maia**. Barcelona: Folio, 2006.

RUZ, Alberto. **Los antiguos mayas**. México: FCE, 2006.

SARAIVA, José Flávio. **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century**. Brasília: IBRI, 2009.

SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

STUART, David. Testimonios sobre la guerra durante el Clásico maya. **Arqueología Mexicana**, v. VI, n. 32, p. 6-13, 1998a.

STUART, David. 'The Arrival of Strangers': Teotihuacan and Tollan in Classic Maya History. **P.A.R.I. Online Publications**, n. 25, p. 1-11, 1998b.

TICKNER, Arlene; BLANEY, David. **Thinking International Relations Differently**. Londres e Nova York: Routledge, 2012.

TICKNER, Arlene; WAEVER, Ole. **International Relations Scholarship Around the World**. Londres: Routledge, 2009.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. **International Relations Theory**. 3 ed. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

WALTZ, Kenneth. **O homem, o Estado e a Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALZER, Michael. **Guerras justas e injustas**. Buenos Aires: Paidós, 2001.



WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional**. Brasília: Edunb, 2004.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. São Paulo: Imprensa Oficial e Brasília: Edunb e Ipri, 2002.

YOFFEE. Norman. **Mitos do Estado arcaico: evolução dos primeiros Estados, cidades e civilizações**. São Paulo: EDUSP, 2103.

